

RELATÓRIO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere

Dando cumprimento ao disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cumpre-me informar V.Exa. da atividade mais relevante desenvolvida por este Município, no período compreendido entre 02 de fevereiro de 2015 e 19 de abril de 2015, a saber:

1. Na área administrativa e financeira

Neste âmbito é de salientar a Prestação de Contas de 2014.

2. Na área social

Rede Social de Ferreira do Zêzere

No dia 11 de fevereiro teve lugar a reunião do Núcleo Executivo e no dia 24 de março a reunião do CLAS, onde foi aprovado o Plano de Ação de 2015.

Gabinete de Apoio Psicossocial de Ferreira do Zêzere

Nos dias 3 de março e 7 de abril decorreram a 1ª e 2ª “Ação de Formação sobre a Doença de Alzheimer”, respetivamente, direcionada às funcionárias e diretoras técnicas das Instituições Particulares de Solidariedade Social deste concelho.

Banco Alimentar

Procedeu-se à recolha e transporte de alimentos do Banco Alimentar de Abrantes a 3 de março e 7 de abril.

São abrangidos mensalmente 15 agregados familiares.

Cantinas Sociais

São apoiadas atualmente 27 famílias por esta medida, estando em funcionamento três Cantinas Sociais no concelho de Ferreira do Zêzere.

Loja Social

Beneficiaram da Loja Social 6 agregados familiares em fevereiro e 7 em março.

Entrada Solidária

Com esta medida foram apoiadas desde o início de fevereiro 4 famílias com bens alimentares, que resulta da recolha de alimentos nos espetáculos no Centro Cultural e Cineteatro, onde não se procede à cobrança de bilhetes.

Reuniões de trabalho com diversos organismos na área social

Nos dias 11 de fevereiro e 8 de abril realizaram-se reuniões com os técnicos responsáveis pela gestão das cantinas sociais.

A 2 de fevereiro - reunião do Grupo Operativo do Médio Tejo em Tomar.

A 23 de março – reunião da Plataforma do Médio Tejo em Constância.

Nos dias 03 de fevereiro e 17 de março reunião da Equipa Multidisciplinar do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere.

3. Na área cultural

Conferência “A Corrupção e o Conflito de Interesses”

Inserida no ciclo de conferências que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere tem vindo regularmente a promover, com a participação de personalidades de reconhecido mérito, teve lugar no passado dia 21 de fevereiro a Conferência subordinada ao tema em

epígrafe, proferida pelo Senhor Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, José Mouraz Lopes.

Perante um auditório que encheu o Salão Nobre dos Paços do Concelho, o conferencista dissertou sobre a necessidade imperiosa de transparência das relações público-privadas, sendo que a ausência de transparência permite que se instale o sentimento de impunidade, num ambiente deletério que corrói a confiança no Estado de Direito e perverte a qualidade da nossa democracia.

Desfile de Carnaval de Ferreira do Zêzere

No dia 15 de fevereiro teve lugar o Desfile de Carnaval de Ferreira do Zêzere com a presença de 10 carros alegóricos, outras viaturas mais pequenas e 239 figurantes, onde não faltou a sátira social ao bom estilo português, carros alegóricos originais, os «Entrudos» e «Cabeçudos», Fanfarras e grupos de animação promovidos pelas Filarmónicas.

Com bastante sucesso decorreu também mais uma edição da já famosa “Corrida de Camas” que contou com prémios oferecidos pelas empresas do concelho, para além dos troféus oferecidos pela Câmara Municipal.

4. Biblioteca Municipal

Registo de Entradas

A Biblioteca Municipal registou uma média de 3980 entradas de utilizadores por mês, neste último período de fevereiro a abril.

Apresentação de Livro e Conferencia, “Os Dinossáurios em Território Português”.

Com convite formulado à população, teve lugar no dia 24 de fevereiro a apresentação do Livro “Os Dinossáurios em Território Português”, da autoria do Dr. Silvério Figueiredo. A

apresentação foi precedida de conferência com demonstração de ossos de dinossauros em tamanho real.

Mês de Março – 35 anos do Serviço Nacional de Saúde

Este evento contou com uma exposição e atividades ligadas à saúde durante todo o mês de março, na Biblioteca Municipal.

Esta atividade desenrolou-se por iniciativa da Unidade de Saúde Pública do ACES Médio Tejo, em parceria com a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (Biblioteca Municipal) e a colaboração da Unidade Cuidados na Comunidade Maria Dias Ferreira e a Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados do ACES Médio Tejo.

Dias 2 a 31 de março - Exposição de miniaturas automóveis

Realizou-se no mês de março a exposição de CARROS DE SONHO DOS ANOS 30. A Coleção pertence ao Senhor Eng. Rui Figueiredo Simões, natural do concelho de Ferreira do Zêzere. Com a devastadora 1ª guerra mundial já pertencente ao passado, a década de 30 inicia a “idade do automóvel”, que se consolida na década seguinte. O automóvel – a “carruagem sem cavalos” – torna-se num meio prático de transporte quotidiano, enquanto a aplicação de avançados métodos de produção e a introdução de vários desenvolvimentos técnicos (carrocerias, travões, motores,...) completam a transformação de um brinquedo de ricos num objeto de consumo acessível a (quase) todos.

Dia 21 de março – 1º encontro de poetas de Ferreira do Zêzere

No dia 21 de março, Dia Mundial da Poesia, a Biblioteca Municipal Dr. António Baião de Ferreira do Zêzere comemorou com um encontro de poetas ferreirenses, que decorreu na sala polivalente da Biblioteca.

5. Na área educativa

Seminários para Pais

O Município de Ferreira do Zêzere em parceria com a Cáritas Diocesana de Coimbra e com o apoio do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere organizou nos dias 11 de Fevereiro e 11 de março, os seminários “Família e Escola na Educação Sexual” e “Participar no Crescimento” respetivamente, com realização no Centro Escolar de Ferreira do Zêzere e Centro Escolar de Areias destinados a Pais e Encarregados de Educação.

Equipa Multidisciplinar do Agrupamento de Escola de F. do Zêzere

A técnica do Gabinete de Ação Social do Município integrou a equipa multidisciplinar do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Zêzere, tendo sido realizadas reuniões nos dias 3 de fevereiro e 17 de março.

Revisão do Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas

Realizaram-se várias reuniões deste órgão do agrupamento de escolas, com a missão de rever o regulamento interno do agrupamento. Tomaram parte ativa nestes trabalhos, com assento no conselho geral do agrupamento o Vice-Presidente Eng. Paulo Neves; o Vereador com o pelouro da educação, Dr. Hélio Antunes e o Vereador Dr. Vicente Martins.

Escola e Jardim de Águas Belas

Foi concedido apoio especial à Escola e Jardim de Infância de Águas Belas com baús de livros, renovados em permanência, uma vez que não dispõe de Centro de Recursos.

Atividade “Contos e Recontos”

Esta atividade decorreu em todas as Escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho, com a dinamização a cargo dos técnicos da Biblioteca Municipal.

6. Na área do turismo

8º Festival Gastronómico do Lagostim de Rio

O lagostim de rio volta a estar em destaque em Ferreira do Zêzere de 27 de março a 26 de abril nos seis restaurantes e três estabelecimentos de Tapas&Petiscos aderentes, com vários pratos e ementas que vão desde entradas a sopas e pratos principais.

Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

O Município de Ferreira do Zêzere aderiu às comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, com uma visita guiada a Dornes no dia 18 de abril, realizada por técnico de turismo do Município, com partida e chegada do recente Posto de Turismo de Dornes, que já se encontra em funcionamento.

7. Na área do desporto

A Câmara Municipal continua empenhadamente a prestar todo o seu apoio ao fenómeno desportivo, partilhando com entusiasmo o trabalho de dedicação e qualidade desenvolvido pelas Associações deste Concelho, bem expresso nos resultados, alguns de particular relevo, alcançados pelos seus praticantes nas diversas categorias em que participam.

Refira-se, a este propósito, que em março a Associação de Marinheiros do Concelho de Ferreira do Zêzere, com o apoio do Município, realizou no Pavilhão Municipal o Estágio de Katas, com a participação de dois dos seus judocas no Campeonato Nacional.

De igual modo, ao nível do Atletismo, a Câmara Municipal concedeu o seu apoio para a realização este ano em Ferreira do Zêzere do Campeonato Distrital de Corta-Mato Curto da Associação de Atletismo de Santarém, sendo de salientar a conquista dos títulos de campeões distritais por parte de dois atletas do Clube de Atletismo de Ferreira do Zêzere.

Uma breve nota para o Futsal, destacando-se a presença da equipa do Sport Club Ferreira do Zêzere na Final da Taça do Ribatejo, disputada em Torres Novas.

Neste período de tempo, o Município de Ferreira do Zêzere criou as condições necessárias para que se realizasse o Campeonato Distrital de Corta-Mato Curto em Ferreira do Zêzere, na nova Pista Municipal de Corta-Mato, apoiou a realização do Estágio de Remo do Ginásio Clube Figueirense, levou a cabo as Férias Desportivas da Páscoa com vários jovens do nosso concelho, para além de manter as atividades regulares com os idosos, alunos dos Jardins de Infância e do 1º Ciclo.

8. Obras por administração direta

Neste âmbito é de salientar:

- Execução de diversos trabalhos solicitados pelas Freguesias e que constam essencialmente de limpeza e desobstrução de valetas e aquedutos, regularização de pisos de caminhos e estradas secundárias.
- Colocação de forma contínua de massas a frio, um pouco por todo o Concelho, sendo de referir a este propósito a Rua Alexandre Herculano, na Freguesia de Águas Belas.
- Continuação dos trabalhos de alargamento da estrada e rotunda em Frazoeira.
- Execução da drenagem de saneamento do Campo de Futebol.
- Continuação da aplicação de *tout-venant* nas bermas das vias pavimentadas.

- Reparação e reabilitação dos sanitários da praia fluvial da Castanheira.
- Conclusão do armazém de produtos fitofarmacêuticos.
- Poda de árvores no adro da Igreja de Águas Belas, Paio Mendes e Igreja Nova.

9. Na área das obras municipais

No âmbito dos equipamentos públicos, é de salientar a abertura de procedimento para *“Instalação de Sistema Solar de Aquecimento de Águas e Reforço da Iluminação do Campo Eng.º Lopo de Carvalho”*, cujo contrato foi recentemente celebrado com a empresa Pedro Ribeiro Lda.

Ainda neste âmbito refira-se que foi recentemente celebrado contrato com a empresa AVPereira, Lda para a *“Instalação de Cobertura em Tela na entrada Norte do Centro Escolar Luís Ribeiro Pereira”* e que foram concluídas as obras de recuperação do Polidesportivo de Paio Mendes, realizadas pela empresa Cartizel, Lda, por ajuste direto.

No âmbito da rede viária, é de referir a conclusão da seguinte obra:

- *“Alteração de traçado da Estrada da Castanheira”*.

No domínio da realização das infraestruturas de combate a incêndios, dá-se nota do estado adiantado dos trabalhos da empreitada *“Instalação de Ponto de água para apoio ao combate a Incêndios florestais”*.

10. Na área do ordenamento do território

Releva-se a adequação da proposta da Carta da Reserva Ecológica Nacional, de nível municipal, ao parecer conjunto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e Agência Portuguesa do Ambiente,

seguinte-se o seu envio para a CCDRLVT, para aprovação, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

11. Na área do Ambiente

Neste âmbito, sublinhe-se com particular enfoque o procedimento em curso de lavagem de todos os contentores de resíduos sólidos urbanos do Concelho, adjudicado à empresa Ferrovia.

Foram concluídos recentemente os cadastros das redes de abastecimento de água e de saneamento de todas as infraestruturas deste tipo existentes no Concelho.

12. Serviço Municipal de Proteção Civil

Sublinham-se de seguida as intervenções mais significativas:

- Concretização de várias atividades no âmbito do mês da proteção civil que decorreram em março, com destaque para:
 - 7ª Conferência de Proteção Civil, que reuniu várias dezenas de participantes e um painel de intervenções de elevado nível;
 - Exercício municipal de proteção civil na freguesia de Chãos, que movimentou mais de cem elementos de diversas forças e entidades e reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil na freguesia;
 - Ação de sensibilização para segurança na área alimentar e hoteleira em parceria com a área de saúde ambiental do ACES Médio Tejo;
 - Ações de sensibilização para o risco de incêndio e limpeza junto a edificações, numa colaboração do Serviço Municipal de Proteção Civil com os Bombeiros, GNR e Freguesias de Ferreira do Zêzere (3), Igreja Nova (1) e União Freguesias de Areias e Pias (2);

- Ação de sensibilização da comunidade escolar para o trabalho dos Bombeiros e os acidentes rodoviários na escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro;
- Plantação de árvores assinalando o Dia da Árvore;
- Caminhada no Perímetro Florestal do Castro.
- Continuação das atividades de informação aos alunos do 9º ano de escolaridade sobre Proteção Civil na escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro.
- Realização de sessões formativas de alunos do 1º e 2º ciclos sobre segurança rodoviária, na Escola Fixa de Trânsito.
- Preparação e submissão a aprovação do Plano Operacional Municipal para 2015, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Planeamento das intervenções a realizar para limpeza de caminhos florestais e faixas de gestão de combustíveis florestais em 2015.
- Planeamento e acompanhamento das intervenções de tratamento de palmeiras propriedade do Município para combate ao escaravelho da palmeira *rhynchophorus ferrugineus* (Oliver).
- Realização de reuniões periódicas com responsáveis operacionais dos agentes de proteção civil do concelho.
- Coordenação dos trabalhos efetuados por equipa especializada de sapadores florestais, no Perímetro Florestal do Castro.
- Monitorização do território municipal no referente a riscos de proteção civil.
- Participação em reunião de comissões especializadas e de acompanhamento em matérias de segurança, defesa da floresta e proteção civil.

NOTA FINAL

No próximo mês de Maio vai ser candidatada a **ITI (Investimento Territorialmente Integrado)** da CIMT. Durante os últimos meses tem-se trabalhado no sentido de construir uma ITI que responda às necessidades dos 13 Municípios que integram a nossa Comunidade Intermunicipal.

O PORTUGAL 2020 apresenta uma nova filosofia, em que é necessário pensar acima do Município, com uma visão integradora de toda uma região: é necessário pensar no todo e não em cada uma das partes (Município a Município). Esta mudança é complexa, pois foge ao arquétipo tradicional, em que cada um pretende mais e melhor para o seu Município.

Colocar o interesse de todos acima do interesse individual postula um novo paradigma, sendo, por isso, imprescindível explicar em cada um dos 13 territórios municipais que esta é a nova realidade, de todo irreversível.

Trata-se de **uma só candidatura, que integra os 13 Municípios e é válida até 2020**, em que pela primeira vez é possível uma candidatura a multi-fundos (FEDER REGIONAL, FEDER NACIONAL/SECTORIAL, FSE, FEADER, FEAMP). Nesta candidatura têm que ser identificados desde já 75% dos projetos, sendo os restantes 25% apresentados até 2020.

A juntar a todas estas dificuldades acresce que o montante disponível é inferior ao QREN 2007-2013, sendo que algumas das verbas da ITI estão já comprometidas para fazer face ao mapeamento que foi efetuado pelo Estado Português.

Com todos estes constrangimentos, construir a ITI tem sido uma tarefa espinhosa. Não obstante, apresentamos os projetos que gostaríamos de ver financiados, e que ascendem a 6.171.697,50 Euros.

Temos a perfeita noção que este valor virá a sofrer uma redução, pois nem todos os projetos apresentados serão objeto de financiamento.

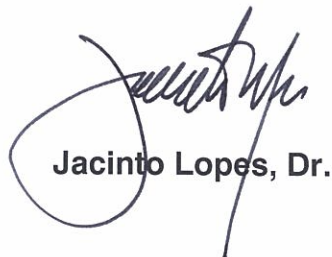
De fora da ITI ficam os investimentos com as redes de águas e saneamento, áreas em que são necessários grandes investimentos. Também as estradas não têm cabimento na ITI.

Assim, será necessário um grande esforço para conseguir realizar investimentos nestas 3 áreas de vital importância para o bem estar das nossas populações.

Para que seja possível um melhor entendimento deste novo quadro comunitário, nomeadamente da ITI, anexo documento produzido pela Comunidade Europeia sobre esta temática.

Paços do Concelho, 20 de abril de 2015

O Presidente da Câmara



Jacinto Lopes, Dr.



INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO

POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

As novas regras e legislação para os investimentos futuros da política de coesão da UE durante o período de programação 2014-2020 foram formalmente endossadas pelo Conselho da União Europeia, em dezembro de 2013.

Esta ficha informativa é uma de várias que destacam elementos-chave da nova abordagem.

Índice

Introdução

Qual o objetivo?

Quais as propostas?

Quais os benefícios?

Os múltiplos desafios que se colocam à Europa – económicos, ambientais e sociais – mostram a necessidade de uma abordagem integrada e territorial para dar uma resposta eficaz.

Esta abordagem é multidimensional e adaptada a características e resultados específicos a nível local, o que significa ir além das fronteiras administrativas tradicionais partilhadas e exigir uma maior predisposição dos diferentes níveis de governo para cooperar e coordenar ações com vista à concretização de metas comuns. Isto vai ao encontro do novo objetivo de coesão territorial introduzido pelo Tratado de Lisboa, o qual reconhece que a coesão económica e social só pode ser conseguida a nível europeu se houver uma maior incidência no impacto territorial das políticas da UE.

Por este motivo, a Regulamentação das Disposições Comuns introduziu novas ferramentas de integração que podem ser utilizadas para implementar estratégias territoriais no terreno, associando os objetivos temáticos identificados nos Acordos de Parceria e nos Programas Operacionais com a dimensão territorial: **desenvolvimento local orientado para a comunidade** (Artigos 32.º-35.º da Regulamentação das Disposições Comuns) e **investimento territorial integrado** (Artigo 36.º da Regulamentação das Disposições Comuns).

A presente ficha informativa concentra-se nos investimentos territoriais integrados (ITI) que permite aos Estados-Membros da UE conjugarem investimentos de vários eixos prioritários de um ou mais Programas Operacionais para fins de intervenção multidimensional ou intersetorial. Contudo, a capacidade de rastrear a afetação de fundos às várias prioridades de investimento mantém-se.

Qual o objetivo?

[↑ Início](#)

Dado que as estratégias territoriais integradas são fundamentais para se alcançar uma Europa inteligente, sustentável e inclusiva prevista pela Estratégia Europa 2020, a Regulamentação das Disposições Comuns introduz o ITI como um instrumento chave na execução destas estratégias. O ITI é um mecanismo flexível de elaboração de respostas integradas a diversas necessidades territoriais, sem perder o enfoque temático através do qual a política de coesão está associada à Estratégia Europa 2020.

Quais as propostas?

[↑ Início](#)

ITI – uma ferramenta eficiente e flexível

Os ITI constituem uma ferramenta para implementar estratégias territoriais de uma forma integrada. Não se trata de uma operação nem de uma sub-prioridade de um Programa Operacional. Pelo contrário, os ITI permitem aos Estados Membros implementarem Programas Operacionais de forma transversal para recorrerem a fundos de vários eixos prioritários de um ou mais Programas Operacionais de modo a assegurar a implementação de uma estratégia integrada para um território específico. Por conseguinte, a existência de ITI proporcionará flexibilidade aos Estados Membros em matéria de conceção de Programas Operacionais e permitirá a implementação eficaz de ações integradas através de financiamento simplificado.

Importa destacar que os ITI apenas podem ser utilizados eficazmente, se a área geográfica específica abrangida dispuser de uma estratégia territorial integrada e transversal.

Os elementos-chave de um ITI são:

- um território designado e uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado;
- um conjunto de ações a implementar; e
- acordos de governação para gerir os ITI.

Um território designado e uma estratégia de desenvolvimento territorial integrado

É essencial desenvolver uma estratégia de desenvolvimento integrado transversal que aborde as necessidades de desenvolvimento da área em questão. A estratégia deve ser concebida de forma a que as ações tenham por base as sinergias criadas pela implementação coordenada.

Qualquer área geográfica com características territoriais específicas pode ser o objeto de um ITI, desde bairros urbanos específicos com várias carências, passando pelos níveis urbano, metropolitano, urbano-rural, sub-regional ou inter-regional. Um ITI pode ainda realizar ações integradas em unidades geográficas independentes com características semelhantes dentro de uma região (p. ex. uma rede de cidades de pequena ou média dimensão). Não é obrigatório que um ITI abranja a totalidade do território de uma unidade administrativa.

Além disso, um ITI é adequado para a realização de ações no contexto da cooperação territorial europeia (CTE) Por exemplo, os ITI, num contexto transfronteiras, podem ser utilizados para implementar uma estratégia integrada para desenvolvimento urbano em cidades transfronteiriças. A ação adaptada às necessidades territoriais específicas pode ser apoiada através do instrumento ITI. No entanto, continua a ser necessário respeitar o contexto de cooperação. É por esta razão que o Regulamento CTE requer que qualquer organismo intermediário designado para a implementação de um ITI desde que constituído por autoridades públicas, ou por organismos de pelo menos dois países participantes, ou um AECT.

Um conjunto de ações a implementar

As ações a implementar através dos ITI devem contribuir para os objetivos temáticos dos eixos prioritários relevantes do ou dos Programas Operacionais que participam, bem como para os objetivos de desenvolvimento da estratégia territorial. Estes podem envolver investimentos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo de Coesão. O financiamento pode ser complementado com apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) ou pelo Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP). Não é obrigatório combinar todos os Fundos em cada ITI. Não obstante, recomenda-se que o ITI combine diferentes fundos. A conjugação de investimentos físicos em infraestruturas do FEDER com investimentos em capital humano do FSE é particularmente relevante no caso do desenvolvimento urbano sustentável. A conjugação de investimentos do FEDER e do FEADER é particularmente relevante para o apoio a parcerias urbano-rurais.

Um ITI pode proporcionar apoio não apenas na forma de subvenções, mas também através de instrumentos financeiros (artigos 37.º-46.º da proposta de regulamento que estabelece disposições comuns), nos casos em que sejam apropriados para realizar as ações definidas na estratégia de desenvolvimento.

O desenvolvimento promovido pelas comunidades locais poderá ser um elemento utilizado como um dos pilares de base para implementar um ITI. Existem, contudo, diferenças significativas entre um ITI e o DPCL. Este último é uma abordagem estritamente ascendente. É o grupo de ação local que determina o teor da estratégia de desenvolvimento local e as operações financiadas ao abrigo da mesma. Por sua vez, o ITI não predetermina o modo como são tomadas as decisões sobre os próprios investimentos – este processo poderá ser descendente, ascendente ou uma combinação dos dois. Deste modo, o DPCL poderia, por exemplo, ser uma componente de uma estratégia urbana integrada implementada através de um ITI.

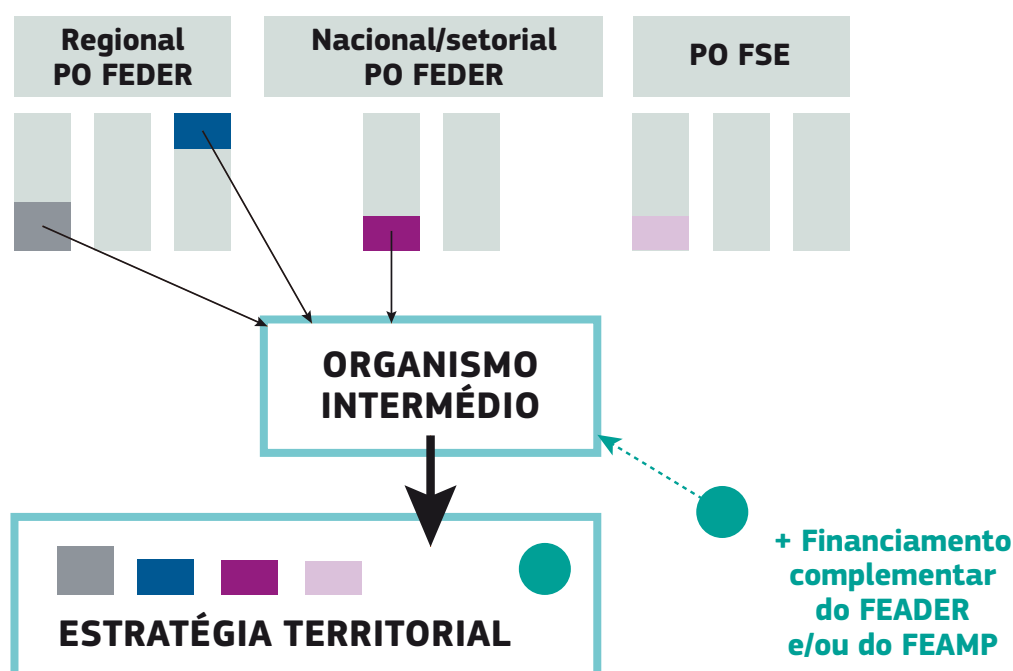
Além dos investimentos que apoiam a estratégia de desenvolvimento de base local através de um ITI, podem ser financiadas ações suplementares que visem a mesma área através dos eixos prioritários de um ou mais Programas Operacionais que não participem no financiamento do ITI. Muitas das prioridades de investimento contidas na proposta poderão contribuir diretamente para o desenvolvimento da área geográfica em questão sem que exista qualquer obrigação de implementar todas através deste instrumento. No entanto, recomenda-se que os investimentos setoriais na área em questão sejam incorporados nas e harmonizados com as estratégias territoriais integradas para o desenvolvimento.

Acordos de governação para gerir os ITI

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional é responsável por gerir e implementar as operações de um ITI. Contudo, poderá designar organismos intermediários, nomeadamente autoridades locais, organismos de desenvolvimento regional ou organizações não-governamentais, para realizarem a totalidade ou parte das tarefas de gestão e implementação. A forma e grau da delegação da gestão de um ITI poderão variar, em função dos acordos administrativos do Estado Membro ou da região. Se o ITI implementar ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável (Artigo 7.º do regulamento do FEDER), a delegação de tarefas, no mínimo, a seleção de projetos, nas autoridades urbanas é obrigatória.

O diagrama da página seguinte define de que forma um ITI poderia receber investimentos de vários eixos prioritários de um ou mais programas para fins de uma intervenção multidimensional ou intersectorial. Um ITI pode apoiar qualquer operação que corresponda às prioridades de investimento dos eixos prioritários participantes.

Ilustração de um eventual acordo de implementação



Quais os benefícios?

[↑ Início](#)

As propostas da Comissão relativas aos ITI têm vários benefícios potenciais:

- » O ITI enquanto instrumento que promove a utilização integrada dos fundos tem o potencial de conduzir a um resultado agregado mais eficaz para o mesmo montante de investimento público.
- » A delegação da gestão dos ITI irá fortalecer os atores sub-regionais (partes interessadas locais/urbanas), assegurando a sua participação na elaboração e implementação do programa.
- » Dado que, no seu início, um ITI terá assegurados vários fluxos de financiamento, haverá uma maior segurança relativamente ao financiamento das ações integradas.
- » Os ITI constituem um instrumento concebido para uma abordagem de base local para o desenvolvimento que podem ajudar a desbloquear o potencial subutilizado existente a nível local, da cidade e regional.

Mais informações

Mais fichas informativas sobre os vários aspetos da Política de Coesão:
http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/publication/index_pt.cfm

Mais informações sobre a Política Regional:
http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.cfm

**MAPAS DE INFORMAÇÃO DA
SITUAÇÃO FINANCEIRA PARA DAR
CUMPRIMENTO À ALÍNEA Y) DO
ART. 35º, PARA OS EFEITOS
PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.º 2
DO ART. 25º, DA LEI 75/2013 DE 12 DE
SETEMBRO**

Sessão da Assembleia de 24 de Abril de 2015

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE

**INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA PARA DAR CUMPRIMENTO À ALÍNEA Y)
DO ART. 35º, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ART. 25º, DA
LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO**

À data de 31/03/2015

Total das Receitas Orçamentais		1.739.627,69 €
Total das Despesas Orçamentais		1.423.863,92 €

Dívidas a Terceiros de Curto Prazo		802.954,54 €
---	--	---------------------

Fornecedores c/c (Inclui o valor de 296 615,58 € referente ao		517.798,32 €
Acordo de Pagamento c/ Águas do Centro)		10.452,53 €
Fornecedores de Imobilizado		67.184,39 €
Estado e Outros Entes públicos		6.896,89 €
Clientes e utentes com cauções		690,79 €
Administração Autárquica		199.931,62 €
Outros Credores:		
- Credores cauções (empreitadas, loteamentos, concessão)	176.017,66 €	
- Operações de Tesouraria (outras)	23.913,96 €	

Reembolsos e Restituições 0,00 €

Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo		5.682.386,45 €
---	--	-----------------------

Dívidas a instituições de crédito		5.679.525,05 €
Fornecedores de imobilizado - Locação Financeira		2.861,40 €

Total de Disponibilidades		1.152.737,85 €
----------------------------------	--	-----------------------

Depósitos em instituições financeiras		1.147.238,96 €
Caixa		5.498,89 €

Limite da Dívida Total (n.º 1 do Artº 52. Lei n.º 73/2013)		
---	--	--

Limite da Dívida Total		10.786.502,24 €
Dívida Total à data de 31/03/2015		6.196.550,00 €
Margem absoluta da Dívida Total		4.589.952,24 €

Ferreira do Zêzere, 20 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara

Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores

INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA PARA DAR CUMPRIMENTO À ALÍNEA Y) DO ART. 35º, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ART. 25º, DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO

EMPRESAS EM QUE O MUNICÍPIO DETÉM PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
A 30/01/2015

Nome da empresa	Ano da Subscrição	Subscrição (Escudos)	Subscrição (Euros)	Percentagem Capital Social
Tagusgás	1997	135.000,00 Esc.	€ 673,38	
	1998	315.000,00 Esc.	€ 1.571,21	
	Total	450.000,00 Esc.	€ 2.244,59	0,02%
(capital integralmente subscrito)				
Águas do Centro	1ª tranche 2001	18.767.220,00 Esc.	€ 93.610,50	
	2ª tranche 2002	18.767.330,00 Esc.	€ 93.611,05	
	3ª Tranche 2003	25.023.107,00 Esc.	€ 124.814,73	
	Total		€ 312.036,28	1,30%
(capital integralmente subscrito)				

Ferreira do Zêzere, 20 de Abril de 2015

O Presidente da Câmara


Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores



MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZEZERE

LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL

(Em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º, conjugado com o n.º 4 do art.º 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Sessão da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2015



PROCESSOS JUDICIAIS
EVOLUÇÃO PROCESSUAL

20-04-2015

MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE

PROCESSOS PENDENTES

Número de processos pendentes: 3

1.

PROCESSO

148/04.2TBFZZ

TRIBUNAL

Judicial de Ferreira do Zêzere

TIPO DE ACÇÃO

Acção declarativa de condenação sob a forma de processo ordinário

VALOR DA ACÇÃO

169.199,54€

AUTOR

João Francisco Palmeiro Nico

Maria Alice Ferreira Figueiredo Nico

RÉUS

Município de Ferreira do Zêzere e outros

PEDIDO

Reconhecimento dos A.A. como donos e legítimos proprietários na proporção de 1/8 do prédio rústico inscrito na matriz sob o art. 63, da Secção G, sito em Ferreira do Zêzere e consequente rectificação da escritura celebrada entre ambas as partes.

ÚLTIMA EVOLUÇÃO PROCESSUAL

21-09-2011 Suspensão da instância decretada pelo Tribunal Judicial de Ferreira do Zêzere, por falta de constituição de mandatário pelos AA.

22-05-2012 – O Tribunal declara a interrupção da instância, uma vez que o incidente se encontra parado há mais de 1 ano por inércia dos requerentes.

05-06-2012 – Requerimento dos AA. para constituição de mandatário e junção aos autos das certidões dos herdeiros indicados na habilitação de herdeiros.

11-12-2012 – Sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Ferreira do Zêzere que julga habilitados os requeridos Maria de Lurdes Nunes, Rui Alexandre Mendes Martins Nunes Laureano e Tiago António Mendes Martins Nunes Laureano como únicos sucessores da falecida Clara Maria, que assim ficam habilitados para prosseguirem a causa principal na posição processual daquela.

24-06-2013 – Subscrição múltipla para suspensão da instância por 30 dias, com vista a negociação de acordo extrajudicial.

11-03-2013 – Os Autores informam o Tribunal que não foi possível obter acordo entre as partes, requerendo o prosseguimento dos autos.

28-01-2014 – O Tribunal suspende a instância por falecimento do Réu Manuel Faustino Pires, dando sem efeito a audiência de julgamento agendada para 30-01-2014.

05-02-2014 – Os Autores requerem ao Tribunal a identificação dos herdeiros do falecido e demais documentos necessários à instrução da habilitação de herdeiros.

08-04-2014 – Notificação do Tribunal para os termos da habilitação de herdeiros apresentada pelo Autor.

05-02-2015 – Sentença proferida pelo Tribunal de Comarca de Santarém que julga procedente o incidente de habilitação de herdeiros, declarando habilitados Maria de Lourdes Nunes, Carlos Manuel Nunes Pires e Luís Miguel Nunes Pires em substituição do Réu Manuel Faustino Pires, para contra eles prosseguir a acção.

2.

PROCESSO

A atribuir

TRIBUNAL

Tribunal Judicial de Ferreira do Zêzere – Ministério Público

TIPO DE ACÇÃO

Processo-crime

VALOR DA ACÇÃO

Não se aplica

DENUNCIANTE

Município de Ferreira do Zêzere

ARGUIDO

Fernando Eusébio Cotrim Ramos

PEDIDO

Instauração de procedimento criminal pela prática de crime de dano qualificado praticado com violência.

ÚLTIMA EVOLUÇÃO PROCESSUAL

18-07-2014 – O Município de Ferreira do Zêzere apresenta denúncia contra Fernando Eusébio Cotrim Ramos junto do Procurador Adjunto do Ministério Público do Tribunal Judicial de Ferreira do Zêzere.

Sem evolução processual.

3.

PROCESSO

337/14.1T9TMR

TRIBUNAL

Tribunal de Comarca de Santarém – Ministério Público – Tomar - DIAP

TIPO DE ACÇÃO

Processo-crime

VALOR DA ACÇÃO

Não se aplica

DENUNCIANTE

Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere

ARGUIDO

José Cristóvão

PEDIDO

Instauração de procedimento criminal pela prática de crime de desobediência

ÚLTIMA EVOLUÇÃO PROCESSUAL

02-03-2015 – Notificação do DIAP do Tomar, Comarca de Santarém, tendo o Ministério Público constatado a abertura de inquérito contra o mesmo denunciado e sobre os mesmos factos, determinou a conexão entre autos de inquérito. Assim, o processo crime por nós intentado (287/15.4T9TMR) foi

incorporado no inquérito mais antigo (337/14.1T9TMR) ao abrigo do Art. 29º nº 2 do CPP. Pelo que "o nosso" processo crime passa a ter o nº de processo 337/14.1T9TMR.